

O Ecologismo Subjetivista de Félix Guattari

Mateus Alves*

A questão ecológica é bastante controversa. Sem dúvida, as soluções apresentadas para esta questão estão intimamente relacionadas com a forma que a enxergamos. Por conseguinte, as soluções apresentadas para esta questão são tão diversas quanto às concepções que versam sobre o que ela realmente seria. Diversos pensadores se esforçam para apresentar resoluções para a mesma e o objetivo deste brevíssimo ensaio é demonstrar como Guattari enxerga a questão ambiental e como as soluções apontadas por ele conduzem, fundamentalmente, a uma recusa da transformação social radical, embora este autor afirme que “não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica *revolução* política, social e cultural” (GUATTARI, 1990, p. 9, grifos nossos).

A concepção de Guattari está ancorada na centralidade do “sujeito” para a resolução da questão ecológica. Sendo assim, o autor propõe o que ele chama de “*ecosofia*”, uma articulação *ética e política* que guiará os seres humanos em seu modo de viver sobre o planeta. Acreditamos, no entanto, que esta concepção seja equivocada, uma vez que isola a consciência dos seres humanos das relações sociais. Ao autonomizar a consciência dos seres humanos, foi possível a Guattari negar as lutas de classes em prol de lutas específicas de grupos sociais (mulher, negro, imigrante etc.). Isto significa que Guattari nega, também, o proletariado como classe revolucionária, bem como a própria revolução e o marxismo. Para demonstrar isso, exporemos, na primeira parte deste ensaio, a concepção de Guattari. Na segunda parte, nos dedicaremos a criticar os elementos fundamentais de sua concepção. E na última parte, mostraremos as determinações formais de sua concepção.

Guattari e a Questão Ambiental

Para Guattari, os seres humanos vivem em um período de intensas transformações “técnico-científicas” que engendram “desequilíbrios ecológicos”. Paralelamente a isso, os “modos de vida individuais” estão também se deteriorando. Segundo o autor, existe uma relação entre a destruição ambiental e a deterioração dos “modos de vida individuais”, pois

* Graduando em Ciências Sociais com Habilitação em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás. Email: mateus_alves@discente.ufg.br.

a questão ecológica é um problema da “relação da subjetividade com sua exterioridade — seja ela social, animal, vegetal, cósmica — que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva” (GUATTARI, 1990, p. 8).

O Estado e outras organizações burocráticas não conseguiram apresentar soluções satisfatórias para a questão ecológica, já que apenas foram capazes de enxergar uma parte do problema — os danos ambientais gerados pela indústria. Seria necessário ir além dessa percepção e, assim, Guattari propõe a “ecosofia” como forma de enxergar e resolver a questão ecológica. A “ecosofia” seria uma articulação “ético-política” entre as três formas de ecologia — a mental, social e ambiental.

Uma articulação ético-política [...] entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões. O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico (GUATTARI, 1990, p. 8).

Segundo Guattari, o problema ecológico vai além da destruição ambiental¹, se relacionando também com as “relações sociais” e a “subjetividade humana”, o que constituiria as três formas de ecologia que existem na concepção de Guattari — a ecologia mental, a social e a ambiental. A articulação ético-política entre essas três formas de ecologia — ou seja, a *ecosofia* — seria voltada para orientar o ser humano no intuito deste continuar existindo, apesar do crescimento populacional e do rápido desenvolvimento “técnico-científico”.

A questão ecológica, de acordo com Guattari, é um problema que perpassa a “subjetividade” e, naturalmente, seria fundamental focar nos “sujeitos” para que se consiga resolver este problema. Poderíamos, então, resumir a concepção da questão ecológica em Guattari através de uma contradição:

De um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos (GUATTARI, 1990, p. 12).

¹ Em uma obra posterior, Guattari enfatiza isto: “Não seria exagero enfatizar que a tomada de consciência ecológica futura não deverá se contentar com a preocupação com os fatores ambientais, mas deverá também ter como objeto devastações ambientais no campo social e no domínio mental. Sem transformações das mentalidades e dos hábitos coletivos haverá apenas medidas ilusórias relativas ao meio material” (GUATTARI, 1992, p. 173).

Ao mesmo tempo em que existe tecnologia suficientemente desenvolvida para resolver o problema ecológico — que vale lembrar, na concepção de Guattari, vai além da destruição do meio ambiente —, as “forças sociais organizadas” e as “formações subjetivas constituídas” não são capazes de se apropriarem dessa tecnologia para efetivamente resolvê-la. Logo, o foco de Guattari e de sua “ecosofia” seria capacitar os “sujeitos” para que estes consigam se apropriar da tecnologia necessária visando resolver a questão ambiental. Mas, o que seria o “sujeito”?

O sujeito não é evidente: não basta pensar para ser, como o proclamava Descartes, já que inúmeras outras maneiras de existir se instauram fora da consciência, ao passo que o sujeito advém no momento em que o pensamento se obstina em apreender a si mesmo e se põe a girar como um pião enlouquecido, sem enganchar em nada dos Territórios reais da existência, os quais por sua vez derivam uns em relação aos outros, como placas tectônicas sob a superfície dos continentes. Ao invés de sujeito, talvez fosse melhor falar em componentes de subjetivação trabalhando, cada um, mais ou menos por conta própria. Isso conduziria necessariamente a reexaminar a relação entre o indivíduo e a subjetividade e, antes de mais nada, a separar nitidamente esses conceitos. Esses vetores de subjetivação não passam necessariamente pelo indivíduo, o qual, na realidade, se encontra em posição de "terminal" com respeito aos processos que implicam grupos humanos, conjuntos socioeconômicos, máquinas informacionais etc. Assim, a interioridade se instaura no cruzamento de múltiplos componentes relativamente autônomos uns em relação aos outros e, se for o caso, francamente discordantes (GUATTARI, 1990, p. 17).

O indivíduo seria constituído por diversos “componentes de subjetivação” (ou “vetores de subjetivação”), sendo ele um “terminal” desses componentes. Esses “componentes de subjetivação” seriam relativamente *autônomos* uns dos outros e perpassam as classes sociais (“conjuntos socioeconômicos”), grupos sociais (mulher, negro, imigrante, etc), o capital comunicacional (“máquinas informacionais”), dentre outros. Como a centralidade do problema ecológico seria, de acordo com Guattari, o “sujeito”, então seria necessário, para ele, transformar os “componentes de subjetivação” no intuito de capacitar os seres humanos a se apropriarem da tecnologia visando resolver o problema ecológico. As três formas de ecologia — a mental, social e ambiental — se dedicarão em transformar os principais “componentes de subjetivação” que constituem os indivíduos.

Para Guattari, antes da chamada “sociedade do consumo”, a “subjetividade operária” foi importante para compreender a sociedade capitalista a partir das lutas de classes, quando o que imperava eram “subjetividades bipolarizadas”. No entanto, a

“subjetividade operária” se desfez após a “sociedade do consumo”, do “Estado de bem-estar social” e da “mídia” e, em vista disso, não é tão relevante para a questão ambiental atualmente. Na verdade, as lutas de classes estariam sendo paulatinamente substituídas por lutas específicas de grupos sociais, pois, agora, os “sujeitos” são diversificados e não mais “bipolarizados” e homogêneos.

Os antagonismos de classe herdados do século XIX contribuíram inicialmente para forjar campos homogêneos bipolarizados de subjetividade. Mais tarde, durante a segunda metade do século XX, através da sociedade de consumo, do welfare, da mídia... a subjetividade operária linha dura se desfez. Ainda que as segregações e as hierarquias jamais tenham sido tão intensamente vividas, uma mesma camada imaginária se encontra agora chapada sobre o conjunto das posições subjetivas. Um mesmo sentimento difuso de pertinência social desconstruiu as antigas consciências de classe. (Deixo aqui de lado a constituição de polos subjetivos violentamente heterogêneos como os que surgem no mundo muçulmano.) Os países ditos socialistas, por sua vez, também introjetaram os sistemas de valor "unidimensionalizantes" do Ocidente. O antigo igualitarismo de fachada do mundo comunista dá lugar, assim, ao serialismo de mídia (GUATTARI, 1990, p. 11).

Na sociedade contemporânea existem diversos “sujeitos” não mais “bipolarizados” e homogêneos como antigamente, que se expressam, fundamentalmente, nos grupos sociais (mulher, negro, imigrantes, juventude, etc). Se as lutas de classes foram substituídas por lutas específicas dos grupos sociais, seriam necessárias novas ideias que tentariam explicar as novas mudanças da sociedade. Guattari afirma que isto caberia a “ecosofia”, e que o marxismo estaria ultrapassado. A defesa da *ecosofia* como a ideia mais adequada para resolver o problema ecológico se fundamenta nas lutas específicas dos grupos sociais que possuem algo em comum — a luta pela “produção da existência humana em novos contextos históricos” (GUATTARI, 1990, p. 15).

Se não se trata mais — como nos períodos anteriores de luta de classe ou de defesa da "pátria do socialismo" — de fazer funcionar uma ideologia de maneira unívoca, é concebível em compensação que a nova referência ecosófica indique linhas de recomposição das práxis humanas nos mais variados domínios. Em todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne tanto à vida cotidiana quanto à reinvenção da democracia — no registro do urbanismo, da criação artística, do esporte etc. — trata-se, a cada vez, de se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma ressingularização individual e/ou coletiva, ao invés de ir no sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero. Perspectiva que não exclui totalmente a definição de objetivos unificadores tais como a luta contra a fome no mundo, o fim do desflorestamento ou da proliferação cega das indústrias nucleares. Só que não mais tratar-se-ia de palavras de ordem estereotipadas, reducionistas, apropriadoras de outras problemáticas mais

singulares resultando na promoção de líderes carismáticos (GUATTARI, 1990, p. 15).

Segundo Guattari, o foco para a resolução do problema ecológico seria voltado para a “produção de subjetividade” visando a “ressingularização” individual ou coletiva, para que esses “sujeitos” sejam capazes de se apropriarem da tecnologia necessária para resolver a questão ambiental. Desta maneira, Guattari divide a ecologia em três: **a mental** — que focaria nos “componentes de subjetivação” individuais, cujo exemplo seria a tentativa de transformar “subjetividades parciais” em completas através da “ressingularização”; **a social** — da qual o foco seria nos “componentes de subjetivação” dos “grupos-sujeitos” (ou “sujeitos coletivos”). A principal contribuição da ecologia social seria conduzir a sociedade atual para uma “sociedade pós-mídia” através da apropriação da mídia pelos “sujeitos coletivos”, além do questionamento dos valores da sociedade capitalista através de valores fundados nas “produções existenciais”.

O que condena o sistema de valorização capitalístico é seu caráter de equivalente geral, que aplaina todos os outros modos de valorização, os quais ficam assim alienados à sua hegemonia. A isso conviria senão opor ao menos superpor instrumentos de valorização fundados nas produções existenciais que não podem ser determinadas em função unicamente de um tempo de trabalho abstrato, nem de um lucro capitalista esperado. Novas “bolsas” de valores, novas deliberações coletivas dando chance aos empreendimentos os mais individuais, os mais singulares, os mais dissensuais, são convocados a emergir — se apoiando, particularmente, em meios de concertamento telemáticos e informáticos. A noção de interesse coletivo deveria ser ampliada a empreendimentos que a curto prazo não trazem “proveito” a ninguém, mas a longo prazo são portadores de enriquecimento processual para o conjunto da humanidade. É o conjunto do futuro da pesquisa fundamental e da arte que está aqui em causa. Essa promoção de valores existenciais e de valores de desejo não se apresentará, sublinho, como uma alternativa global, constituída de uma vez por todas. Ela resultará de um deslocamento generalizado dos atuais sistemas de valor e da aparição de novos polos de valorização (GUATTARI, 1990, p. 51).

E ambiental — cuja atenção voltaria para os “componentes de subjetivação” em relação à natureza, advogando em favor da utilização da tecnologia não mais para defender a natureza passivamente, mas, pelo contrário, para recriá-la ativamente por meio de reflorestamento e criação de novas espécies de animais e vegetais.

O “sujeito”, por conseguinte, é colocado como central para resolver a questão ecológica. A “subjetividade operária” se desfez após a “sociedade de consumo” emergindo diversos “sujeitos” com suas lutas específicas. Nestas lutas específicas, existe algo em

comum — a luta pela existência humana. E este é o foco do que Guattari chama de *ecosofia*², uma articulação ética e política que conduzirá o ser humano nos novos contextos históricos. Esta seria brevemente a concepção de Guattari sobre a questão ecológica.

A Consciência e a Questão Ambiental

Segundo Guattari, é indispensável transformar os “componentes de subjetivação” que constituem os indivíduos para resolver a questão ecológica. A transformação daquilo que supostamente determinaria a consciência e conduta dos seres humanos — “componentes de subjetivação” — seria a forma encontrada por Guattari para reproduzir a existência humana na sociedade contemporânea. No entanto, acreditamos que esta concepção seja equivocada, pois isola a consciência dos seres humanos deles mesmos e das relações que estes constituem. Assim, discordamos da concepção de ser humano de Guattari, bem como de sua concepção de consciência e de lutas de classes.

A autonomização da consciência é realizada quando Guattari defende que é possível transformar a consciência dos seres humanos sem transformar simultaneamente o conjunto das relações sociais. Para Guattari, por exemplo, é possível se apropriar da “mídia” e transformá-la radicalmente; seria possível se apropriar das forças produtivas visando “recriar” a natureza; seria possível um “deslocamento generalizado dos atuais sistemas de valor” e a “aparição de novos polos de valorização” em detrimento do dinheiro e do lucro. Tudo isso seria realizado ainda no interior do capitalismo e através de mudanças na consciência, focando nos “componentes de subjetivação” (que são autônomos entre si e até “discordantes”) dos quais os indivíduos são apenas “terminais”. No entanto, seria possível uma transformação *radical* da conduta, da ética, da consciência etc. dos indivíduos, mesmo no interior do capitalismo?

É preciso ter em mente que, apesar de podermos diferenciar os seres humanos dos animais pela consciência, não é esta que determinaria fundamentalmente o ser humano. Segundo Guattari, a consciência — que ele chama ideologicamente de “subjetividade” — seria a determinação fundamental do ser humano (no caso dele, do “sujeito”). No entanto, a

² Em uma obra posterior, Guattari afirma que “[...] a ecologia generalizada — ou seja, a *ecosofia* — agirá como ciência dos ecossistemas, como objeto de regeneração política, mas também como engajamento ético, estético, analítico, na iminência de criar novos sistemas de valorização, um novo gosto pela vida, uma nova suavidade entre os sexos, as faixas etárias, as etnias, as raças” (GUATTARI, 1992, p. 116). Isso corrobora com nossa visão de que a *ecosofia* seria focado em mudanças da consciência e nas lutas entre os grupos sociais específicos (mulher, negro, imigrante etc.).

consciência só é gerada a partir do momento que o ser humano se associa para realizar a produção através do trabalho. Isto é, apenas quando os seres humanos se associam para produzir e reproduzir seus meios de vida no intuito de satisfazer suas necessidades que a consciência é também gerada. A consciência, assim como o trabalho, é social e sempre será enquanto existirem seres humanos.

Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens. A consciência é, naturalmente, antes de tudo a mera consciência do meio sensível mais imediato e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente; ela é, ao mesmo tempo, consciência da natureza que, inicialmente, se apresenta aos homens como um poder totalmente estranho, onipotente e inabalável, com o qual os homens se relacionam de um modo puramente animal e diante do qual se deixam impressionar como o gado; é, desse modo, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) – e, por outro lado, a consciência da necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive numa sociedade (MARX; ENGELS, 2007, p. 35).

Apenas sabemos que o ser humano também é um ser consciente após ele se associar com outros seres humanos visando satisfazer suas próprias necessidades e realizar suas potencialidades através da produção. Sem isto, o ser humano não existiria como tal e, por isto, não é a consciência que determinaria fundamentalmente os seres humanos, e sim o modo como se associam para realizar a produção, isto é, o trabalho e a associação para realizá-lo no intuito de satisfazer suas necessidades e potencialidades que é a verdadeira essência do ser humano. São exatamente as relações sociais constituídas por estes seres humanos para produzir e reproduzir seus meios de vida que determinariam, *num primeiro momento*, a consciência dos seres humanos e, assim, suas condutas, seus desejos, vontades, representações etc.

Os indivíduos, ao se associarem, contraem relações sociais entre si e sua consciência depende exatamente de sua posição — e em como enxergam sua posição — no conjunto dessas relações sociais. Desse modo, a consciência não pode ser enxergada apartada dos seres humanos e das relações de produção que eles constituem, pois eles produzem suas ideias, valorações, desejos etc. de acordo com as relações sociais que constituem entre si.

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais

desenvolvidas. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

É impossível, por exemplo, os seres humanos terem consciência da questão ecológica antes de suas pré-condições terem sido realizadas. É impossível, também, os seres humanos terem consciência da necessidade de uma revolução radical antes da existência do capitalismo e, por conseguinte, do proletariado. Da mesma forma, é impossível que os burgueses passem a valorizar o “interesse coletivo” em detrimento do lucro — como quer Guattari —, pois as relações de produção o obrigam a isso em decorrência de sua posição na divisão social do trabalho e de seus interesses de classe gerados por esta mesma posição.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, **independentes de sua vontade**; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência** (MARX, 2008, p. 47, grifos nossos).

Na sociedade capitalista, o conjunto das relações sociais constituídas pelos seres humanos é determinado fundamentalmente pela relação entre a burguesia e o proletariado no processo de produção. A burguesia possui o interesse de extrair mais-valor do proletariado através do controle de seu trabalho, enquanto o proletariado tenta abolir este controle e exploração (MARX, 1985; VIANA, 2009). Ao contrário do que acredita Guattari, um indivíduo não é um proletário porque os “componentes de subjetivação” o constituíram assim, isto é, o proletariado não é proletariado por ter uma “consciência proletária”, mas um indivíduo apenas é um proletário quando este ocupa uma posição fixa específica na divisão social do trabalho (produzir mais-valor que será apropriado pela burguesia), o que gera interesses específicos, um modo de vida e luta comum de sua classe contra outras classes.

Segundo Guattari, a “subjetividade operária” se desfez após a “sociedade do consumo”, isto é, não existiria mais uma “consciência operária”, pois não haveria mais “componentes de subjetivação” que a engendram. No entanto, mesmo na sociedade contemporânea, ainda existe a relação entre burgueses e proletários, existindo, portanto, lutas de classes. O aumento da renda que possibilitou o aumento do consumo no regime de

acumulação conjugado (a chamada “sociedade do consumo”) não foi suficiente — e nem poderia ser — para abolir as lutas de classes. E como já dissemos, as relações de produção, que são marcadas no capitalismo pela luta entre burgueses e proletários, é o que determinaria o conjunto das relações sociais. As lutas de classes, por conseguinte, além de existirem, são fundamentais para compreender a forma que o ser humano se relaciona com a natureza e com seus semelhantes e isto inclui também a sua própria consciência.

Ao recusar as lutas de classes e, em seu lugar, colocar as lutas específicas dos grupos sociais, Guattari nega simultaneamente o marxismo e a revolução, embora ele defenda uma suposta revolução para resolver a “crise ecológica”. O que Guattari defende, no final, são apenas fraseologias pomposas que nada correspondem com a realidade. É impossível colocar em prática o que ele propõe e dedicar-se a isto levaria apenas, no máximo, a algumas reformas permitidas ainda no interior do capitalismo, o que não resolve nem o problema da destruição ambiental e nem a mortificação sofrida pelo ser humano (que Guattari chama de “deterioração dos modos de vida individuais”), pois estas são geradas pela dinâmica da acumulação de capital. É necessário, por conseguinte, abolir tanto intelectualmente (através da crítica radical) quanto concretamente (as relações sociais concretas) aquilo que gera a destruição ambiental, pois é um engodo defender uma mudança superficial da cultura — e, assim, da consciência dos seres humanos — sem transformar simultaneamente as relações sociais de forma radical.

[...] Em consequência da inter-relação ilacerável de todos os fenômenos reais da sociedade burguesa, também as formas de consciência próprias desta não podem ser suprimidas apenas pelo pensamento. Estas formas sociais de consciência só podem, pelo contrário, ser suprimidas, mesmo no pensamento, mesmo na consciência, se isso for acompanhado por uma transformação *objetiva e prática* das relações materiais de produção que elas compreendiam até então (KORSCH, 1977, p. 129).

Para se pensar o problema ecológico é imprescindível saber o que determinaria a relação do ser humano com a natureza. Como sabemos, esta relação é determinada pelo modo como os seres humanos se associam para realizar a produção. A produção em geral nada mais é que os seres humanos *associados* transformando a natureza visando satisfazer suas necessidades. “O trabalhador nada pode criar sem a *natureza*, sem o mundo exterior sensorial. Este último é o material em que se concretiza o trabalho, em que este atua, com o qual e por meio do qual ele produz coisas” (MARX, 1962, p. 96) A produção especificamente capitalista, no entanto, produz mercadorias no intuito de satisfazer o

interesse dos capitalistas em acumular capital através da exploração do trabalho do proletariado. A acumulação de capital pretende ser infinita e precisa sempre se expandir, devorando toda a natureza se for necessário. Se os recursos naturais indispensáveis para a continuidade da vida humana se esgotarem, a humanidade não existirá visto que o ser humano necessita se relacionar com a natureza a fim de não morrer, como se esta fosse uma extensão dele, seu corpo inorgânico.

A natureza é o corpo *inorgânico* do homem; quer dizer a natureza excluindo o corpo do homem. Dizer que o homem vive da natureza significa que a natureza é o corpo dele, com o qual deve se manter em contínuo intercâmbio a fim de não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes, simplesmente significa ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela (MARX, 1962).

O proletariado, explorado pelos capitalistas, é que possui condições de, ao se libertar das amarras da exploração e controle, emancipar toda a humanidade em conjunto com ele. Isto não é algo que inventamos a partir de uma imaginação fértil, mas, pelo contrário, é através da análise concreta da realidade que se descobre isto. A possibilidade do fim das contradições entre o ser humano e a natureza, bem como do ser humano com seu semelhante se encontra

na formação de uma classe com grilhões radicais, de uma classe da sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento [classe] que seja a dissolução de todos os estamentos [classes], de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais e que não reivindica nenhum direito particular porque contra ela não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência, que já não possa exigir um título histórico, mas apenas o título humano, que não se encontre numa oposição unilateral às consequências, mas numa oposição abrangente aos pressupostos do sistema político [...]; uma esfera, por fim, que não se pode se emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade e, com isso, sem emancipar todas essas esferas — uma esfera que é, numa palavra, a perda total da humanidade e que, portanto, só pode ganhar a si mesma por um reganho total do homem. Tal dissolução da sociedade, como um estamento [classe] particular, é o proletariado (MARX, 2013, p. 162).

O proletariado possui interesses antagônicos em relação aos interesses burgueses e, por isso, tende a se associar para lutar contra a classe exploradora. “A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns” (MARX, 2017, p. 146). Na luta contra a burguesia, o proletariado se associa e vai se autoeducando com sua luta, até passar de classe determinada pelo capital para classe autodeterminada, visando abolir as relações sociais capitalistas. “No curso de seu desenvolvimento, a classe laboriosa substituirá

a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo” (MARX, 2017, p. 147). Essa associação entre produtores livres — que destruíram as relações sociais capitalistas — possibilitará regular e controlar a relação do ser humano com a natureza de forma autoconsciente, levando em consideração as reais necessidades dos seres humanos. Não é a mera vontade ou desejo no interior do capitalismo que é essencial para transformar radicalmente a relação do ser humano com a natureza. É necessário, pelo contrário, que o proletariado se autonomize e destrua as relações de produção capitalistas em prol de relações de produção que não sejam fundamentadas em lutas de classes para que, assim, seja possível uma relação autoconsciente, não destrutiva e não predatória com a natureza. Apenas o desejo e vontade de querer realizar algo não é suficiente, pois as relações sociais devem possibilitar aquilo que se deseja realizar.

Concluimos, a partir disso, que Guattari nega as lutas de classes e a transformação social radical através de sua concepção da questão ecológica. Ele realiza isto ao autonomizar a consciência, não levando em consideração que a transformação *radical* da consciência humana pressupõe uma transformação *radical* das relações sociais constituídas pelos próprios seres humanos. A ética, vontade e o desejo devem estar alinhados com a realidade concreta, se o que pretende é realmente transformar radicalmente a sociedade. Isto é, a vontade, desejo, interesses, valores devem estar fundamentados na realidade concreta, naquilo que efetivamente possui o potencial de transformar a realidade, que é o proletariado no caso do capitalismo.

Todas as formas da consciência social não podem ser compreendidas a partir de si próprias nem a partir da evolução geral do espírito humano [...]; elas *radicam* antes nas condições materiais de existência, que constituem “a base material e a ossatura” do conjunto da organização social. Uma crítica radical da sociedade burguesa já não pode, portanto, partir agora de “qualquer” forma da consciência teórica e prática. (KORSCH, 1977, p. 119-120).

A forma da consciência mais adequada para criticar radicalmente a sociedade burguesa é aquela fundamentada no proletariado revolucionário — o marxismo.

Assim como os objetivos práticos essenciais do movimento proletário não podem ser realizados no quadro da sociedade burguesa e do seu Estado, também a filosofia desta sociedade não é capaz de compreender a natureza das concepções gerais em que o movimento revolucionário proletário encontrou sua expressão autônoma e consciente (KORSCH, 1977, p. 81).

Sem partir da realidade concreta e da classe potencialmente revolucionária, caímos no idealismo e em ilusões que surgem exatamente para conservar as relações de exploração

e dominação existentes, sendo este o interesse dos capitalistas e de suas classes auxiliares (intelectuais e burocratas). Por essa razão, é crucial superar a concepção de Guattari para que possamos realmente superar a questão ecológica através de uma *resolução definitiva* — a revolução proletária.

Guattari, Questão Ecológica e Subjetivismo

Podemos perceber, até aqui, que a centralidade da questão ecológica, segundo Guattari, se encontra nos “sujeitos”. É interessante notar que isso limita a análise de Guattari, uma vez que ele enxerga a questão ecológica como uma relação entre “subjetividade” e natureza, apontando como seria possível capacitar os “sujeitos” no intuito de resolver esta questão. Logo, a realidade, de acordo com a concepção de Guattari, foi subsumida aos “sujeitos”. Isso se deve a um conjunto de determinações formais em seu pensamento.

Como explicamos anteriormente, as ideias, representações, valores etc. dos seres humanos não são dissociados das relações sociais constituídas pelos próprios seres humanos. Assim, as determinações formais da concepção de Guattari — que é um ser humano real e ativo — podem também ser explicadas a partir da posição específica dele no conjunto das relações sociais. Guattari é um intelectual hegemônico³ que escreveu sua obra nos primeiros anos do regime de acumulação integral, o período contemporâneo do capitalismo. O modo de produção capitalista é determinado fundamentalmente por suas relações de produção — a relação entre burgueses (que se apropriam do mais-valor) e proletários (que produzem mais-valor). A historicidade da sociedade capitalista é marcada pela acumulação de capital. Cada regime de acumulação é um período relativamente estável das lutas de classes que se constitui por uma forma de organização do trabalho, forma estatal e uma forma de exploração internacional (VIANA, 2009).

O regime de acumulação integral, período que Guattari expressa sua concepção da questão ecológica, é constituído pelo toyotismo (forma de organização do trabalho), Estado neoliberal (forma estatal) e hiperimperialismo (forma de exploração internacional)⁴. Este regime de acumulação engendra relações sociais específicas que exercem uma determinação sobre a produção de ideias, representações, valorações etc. Isto é, o regime de acumulação integral possui produções intelectuais que correspondem a ele. No caso das produções

³ Para saber mais sobre intelectual hegemônico, cf.: VIANA, 2015.

⁴ Não é nosso objetivo aprofundar sobre os regimes de acumulação. Para isto, cf.: VIANA, 2009.

intelectuais que fazem parte da política cultural burguesa, estas são determinadas pelo paradigma subjetivista — uma manifestação concreta da episteme burguesa, do modo de pensar burguês, que é caracterizada essencialmente por ser antinômica, anistórica e reducionista (VIANA, 2018)⁵. O paradigma subjetivista é

[...] um processo mental subjacente que tem como eixo fundamental o sujeito (individual ou coletivo) e este é compreendido como plural, pois concebe a realidade como fragmentada. Esse sujeito é geralmente o cognitivo e político unificados, bem como supostamente “autônomo” ou pelo menos em busca de autonomia. [...] E é daí que emerge uma discussão sobre “subjetividade”, algo pouco definido e geralmente nunca explicado. A realidade é fragmentada em diversos sujeitos (indivíduos, sexo, grupo etc.) e por isso gera saberes fragmentados (e isso gera o relativismo de uns, e a opção por um grupo sendo privilegiado, por outros). Isso tudo permite a transformação da produção cultural em bricolagem. A montagem e o ecletismo se manifestam constantemente (VIANA, 2019, p. 263-264).

Guattari percebe fenômenos reais — a destruição ambiental e a mortificação do ser humano. No entanto, para analisar estes fenômenos, o autor recorreu a suas fontes formais, que são determinadas pelo paradigma subjetivista, e é isso que também gera os limites de sua percepção e análise, que já foram demonstradas e criticadas anteriormente. O paradigma subjetivista, por ser uma manifestação concreta da episteme burguesa, também é marcado pelo anistorismo, antinomismo e reducionismo. No entanto, de forma específica, isto é, de forma subjetivista.

O reducionismo de Guattari é o mais evidente, pois ele reduz a realidade aos “sujeitos”. Segundo Guattari, “o mundo real é o mundo das subjetividades e assim a realidade efetiva é expulsa e substituída por uma realidade imaginária” (VIANA, 2019, p. 265). Podemos perceber este reducionismo na totalidade da obra de Guattari, mas para exemplificar, vejamos como ele enxerga o capitalismo:

[...] Tal ressurgimento do que poderíamos chamar de um conservantismo subjetivo não é unicamente imputável ao reforço da repressão social; diz respeito igualmente a uma espécie de crispação existencial que envolve o conjunto de atores sociais. *O capitalismo pós-industrial que, de minha parte, prefiro qualificar como Capitalismo Mundial Integrado (CMI) tende, cada vez mais, a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens etc.* Há aí uma evolução que deveria nos levar a refletir sobre o que foram, nesse sentido, as formas anteriores do capitalismo, pois elas também não eram isentas

⁵ Também, devido ao espaço, não poderemos aprofundar sobre a episteme burguesa. Para isso, indicamos o livro “O Modo de Pensar Burguês: Episteme Burguesa e Episteme Marxista” (VIANA, 2018).

dessa propensão a capitalizar poder subjetivo, tanto nas fileiras de suas elites quanto nas de seus proletários. *Entretanto essa propensão ainda não manifestava plenamente sua verdadeira importância e por isso, na ocasião, ela não foi convenientemente apreciada pelos teóricos do movimento operário.* Proponho reagrupar em quatro principais regimes semióticos os instrumentos sobre os quais repousa o CMI: a) as semióticas econômicas (instrumentos monetários, financeiros, contábeis, de decisão...); b) as semióticas jurídicas (título de propriedade, legislação e regulamentações diversas...); c) as semióticas técnico-científicas (planos, diagramas, programas, estudos, pesquisas...); d) *as semióticas de subjetivação, das quais algumas coincidem com as que acabam de ser enumeradas mas conviria acrescentar muitas outras, tais como aquelas relativas à arquitetura, ao urbanismo, aos equipamentos coletivos etc. [...]* Torna-se cada vez mais difícil, por exemplo, sustentar que as semióticas econômicas e aquelas que concorrem para a produção de bens materiais ocupam uma posição infra-estrutural com relação às semióticas jurídicas e ideológicas, como postulava o marxismo. O objeto do CMI é, hoje, num só bloco: produtivo-econômico-subjetivo. E, para voltarmos às antigas categorizações escolásticas, poderíamos dizer que ele resulta ao mesmo tempo de causas materiais, formais, finais e eficientes. (GUATTARI, 1990, p. 30-31, *grifos nossos*).

O capitalismo contemporâneo — que Guattari nomeia ideologicamente de “capitalismo pós-industrial” ou “Capitalismo Mundial Integrado” — supostamente estaria focado nas “estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade” através da mídia e da publicidade e não mais nas “estruturas de produção de bens e de serviços” como supostamente defenderia o marxismo. O capitalismo contemporâneo, portanto, é subsumido à “produção de subjetividade”, que o marxismo supostamente não conseguiria perceber e, assim, o marxismo é criticado por Guattari. Contudo, para o marxismo, o capitalismo é uma sociedade cuja determinação fundamental é o seu modo de produção marcado pela relação entre burgueses e proletários. E que a luta entre essas duas classes exerce uma determinação sobre o conjunto das relações sociais, inclusive a produção intelectual dessa sociedade. Não é a consciência que determina a sociedade capitalista, mas, pelo contrário, o modo de produção capitalista que determina, *num primeiro momento*, as ideias, representações, valores etc. dos seres humanos inseridos nesta sociedade.

Isso quer dizer que é na vida real, a partir das relações sociais concretas que emergem as formas de consciência, as ideias, as representações. Esse processo remete ao modo de produção e o modo de vida que ele constitui, que, nas sociedades classistas, são distintos, gerando distintas formas de consciência (VIANA, 2018, p. 18).

A “subjetividade” que Guattari tanto valora parece pairar sobre a sociedade capitalista, sobre os interesses de classe e, em razão disso, é um reducionismo da realidade

social. A realidade social é, portanto, substituída idealmente por uma realidade reduzida, simplificada. O reducionismo da sociedade capitalista engendra novos reducionismos, tal como Guattari enxerga a questão ecológica.

Um dos problemas-chave de análise que a ecologia social e a ecologia mental deveriam encarar é a introjeção do poder repressivo por parte dos oprimidos. A maior dificuldade, aqui, reside no fato de que os sindicatos e os partidos, que lutam em princípio para defender os interesses dos trabalhadores e dos oprimidos, reproduzem em seu seio os mesmos modelos patogênicos que, em suas fileiras, entravam toda liberdade de expressão e de inovação. Talvez seja necessário ainda um bom tempo para que o movimento operário reconheça que as atividades de circulação, distribuição, comunicação, enquadramento... constituem vetores econômico-ecológicos que, do ponto de vista da criação da mais-valia, se situam rigorosamente no mesmo plano que o trabalho diretamente incorporado na produção de bens materiais. A esse respeito, um desconhecimento dogmático foi mantido por numerosos teóricos, reforçando um obreirismo e um corporativismo que desnaturalizam e desfavorecem profundamente os movimentos de emancipação anticapitalistas dessas últimas décadas. Esperemos que uma recomposição e um reenquadramento das finalidades das lutas emancipatórias tornem-se, o quanto antes, correlativas ao desenvolvimento dos três tipos de práxis ecológicas aqui evocados. E façamos votos para que no contexto das novas distribuições das cartas da relação entre o capital e a atividade humana, as tomadas de consciência ecológicas, feministas, anti-racistas etc. estejam mais prontas a ter em mira, a título de objetivo maior, os modos de produção da subjetividade — isto é, de conhecimento, cultura, sensibilidade e sociabilidade — que dizem respeito a sistemas de valor incorporal, os quais a partir daí estarão situados na raiz dos novos Agenciamentos produtivos (GUATTARI, 1990, p. 32-33).

Guattari primeiramente coloca em um mesmo “plano” a luta do proletariado e a luta dos grupos sociais. No entanto, posteriormente, critica a luta do movimento operário em prol das lutas específicas dos grupos sociais, sendo estas últimas “os movimentos de emancipação anticapitalistas dessas últimas décadas”. Isto corresponde com os interesses da burguesia no regime de acumulação integral, pois após o Maio de 68 (a fusão parcial do movimento estudantil revolucionário com o movimento operário) tornou-se necessário resolver os problemas que se desencadearam tal como “as lutas e rebeliões sociais, pois estas podem gerar revoluções” (VIANA, 2019, p. 245). Guattari, com seu reducionismo, tenta dissociar os movimentos sociais das lutas de classes, afastando-os, como se estes também não fossem determinados pelos interesses de classes e pelas lutas de classes. Isso também acaba levando Guattari ao anistorismo, isto é, a uma recusa da transformação social radical.

Parece-me essencial que se organizem assim novas práticas micropolíticas e microsociais, novas solidariedades, uma nova suavidade juntamente com novas práticas estéticas e novas práticas analíticas das formações do

inconsciente. Parece-me que essa é a única via possível para que as práticas sociais e políticas saiam dessa situação, quero dizer, para que elas trabalhem para a humanidade e não mais para um simples reequilíbrio permanente do Universo das semióticas capitalísticas. Poder-se-ia objetar que as lutas em grande escala não estão necessariamente em sincronia com as práxis ecológicas e as micropolíticas do desejo. Mas aí está toda a questão: os diversos níveis de prática não só não têm de ser homogeneizados, ajustados uns aos outros sob uma tutela transcendente, mas, ao contrário, convém engajá-los em processos de heterogênese. Nunca as feministas estarão suficientemente implicadas num devir-mulher, e não há razão alguma para pedir aos imigrados que renunciem aos traços culturais colados em seus seres ou a sua dependência nacionalitária. Convém deixar que se desenvolvam as culturas particulares inventando-se, ao mesmo tempo, outros contatos de cidadania. Convém fazer com que a singularidade, a exceção, a raridade funcionem junto com uma ordem estatal o menos pesada possível. A eco-lógica não mais impõe "resolver" os contrários, como o queriam as dialéticas hegelianas e marxistas. Em particular no domínio da ecologia social haverá momentos de luta onde todos e todas serão conduzidos a fixar objetivos comuns e a se comportar "como soldadinhos" — quero dizer, como bons militantes; mas haverá, ao mesmo tempo, momentos de ressingularização onde as subjetividades individuais e coletivas "voltarão a ficar na delas" e onde prevalecerá a expressão criadora enquanto tal, sem mais nenhuma preocupação com relação às finalidades coletivas (GUATTARI, 1990, p. 35-36).

O reducionismo de Guattari culmina em uma recusa da transformação social radical ou em uma transformação que nada transforma (já que as pessoas “voltarão a ficar na delas e onde prevalecerá a expressão criadora enquanto tal, sem mais nenhuma preocupação com relação às finalidades coletivas”). Por isso, Guattari critica o marxismo e a luta do proletariado, pois o que defende é o “microrreformismo dos setores hegemônicos nos movimentos sociais” (VIANA, 2019, p. 265). A concepção de Guattari conflui, assim, com o Estado neoliberal, dado que ele responsabiliza os indivíduos assim como faz o próprio Estado neoliberal. Isso o justifica, o legitima e ainda "exerce a função de compensação para a intensificação do trabalho e do controle institucional” (VIANA, 2019, p. 270). O microrreformismo de Guattari é a recusa do proletariado e da revolução em prol dos “grupos sujeitos” e das “lutas específicas”. O que acaba culminando também em um antinomismo, que se manifesta sob a forma de algumas oposições, tais como “sujeito/sociedade”, “micropolítica/macropolítica”, “luta homogênea/luta heterogênea”, dentre outros. Portanto, a negação do antagonismo é realizada afirmando que as lutas de classes já são algo do passado e que, atualmente, o que existiria seriam lutas específicas de grupos sociais.

Todas essas determinações formais atuaram sobre a concepção da questão ecológica em Guattari. Portanto, sua concepção corresponde com os interesses da burguesia

no capitalismo contemporâneo, pois despolitiza as lutas sociais (afastando-as das lutas de classes), divide as lutas (através da fragmentação da realidade em “sujeitos” e suas lutas específicas) e nega o proletariado como classe potencialmente revolucionária. Concluimos, por fim, que a concepção de Guattari é uma forma de ecologismo subjetivista, isto é, uma concepção que aborda a questão ambiental de forma ilusória e é determinada formalmente pelo paradigma subjetivista. A concepção de Guattari são ilusões constituídas por flores imaginárias de uma promessa de uma suposta “revolução” superficial, um suposto “humanismo” abstrato, na subsunção da realidade aos “sujeitos” e aos “componentes de subjetivação”. É preciso superar esta concepção ilusória, essas flores imaginárias, para que possamos, enfim, colher a flor viva.

Referências

- GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, Erich. *O Conceito Marxista do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *O Capital*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Santuário, 2009.
- VIANA, Nildo. *As Esferas Sociais: a constituição capitalista da divisão do trabalho intelectual*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015.
- VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês: Episteme Burguesa e Episteme Marxista*. Curitiba: CRV, 2018.
- VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

Texto aprovado para publicação em 11 de outubro de 2021.